

Através da Federação Índios do Alto Rio Negro defendem exploração da terra

"As riquezas precisam ser exploradas, gerando recursos que serão revestidos em benefício das comunidades indígenas para que possamos juntos índios e governo federal coibir o estado de desnutrição, analfabetismo e inúmeros outros problemas existentes na área de saúde, transporte, educação" afirmou ontem o presidente da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro, Edgar Fernandes Rodrigues, ao defender a demarcação das terras indígenas e a exploração mineral conjunta e associada entre índios e mineradoras. Na opinião dos líderes, as pessoas contrárias a esses interesses que tomaram para si a defesa dos índios "estão amputando a economia da Amazônia e do Brasil".

Enfatizando que os objetivos de criação da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro, representante legal dos 45 mil índios residentes na região, é defender os interesses dessas comunidades de acordo com suas aspirações, Edgar Rodrigues garantiu que em Parí-Cachoeira existe unanimidade e a comunidades aceitam a exploração das riquezas minerais perfeitamente equilibrada, de maneira franca e sistemática. "Índios e mineradores podem e preferem trabalhar em equilíbrio com as mineradoras podem e preferem trabalhar em equilíbrio com as mineradoras. Nós temos a terra onde estão as riquezas e eles os instrumentos tecnológicos necessários para exploração desses recursos", disse o presidente.

Segundo Edgar Rodrigues, a partir da demarcação das reservas indígenas, haveria uma reciprocidade de entendimento com as empresas mineradoras, uma relação bilateral em consonância com as aspirações da comunidade. A idéia de não se permitir a exploração mineral em reservas indígenas, segundo o presidente, a proposta de se manter intactas as áreas das comunidades, é uma idéia absurda e não representa o interesse dos índios. É uma proposta defendida por entidades que não tem o menor comprometimento com as comunidades e que não estão autorizadas a falar em nome delas.

Transferir para a Assembléia Nacional Constituinte a decisão sobre a questão indígenas, na avaliação das lideranças do alto Rio Negro, é um atraso na solução dos problemas, "na cura da dor dessas comunidades. A postura adotada pelo Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, em nome das de fesa dos direitos dos índios, proibir a exploração nas reservas até que a Constituinte defina sobre o assunto, na opinião do líder Tucano Alvaro Sampaio, é uma situação insustentável. "O ministro, pode defender os interesses da família dele. Se falamos o português, somos perfeitamente capazes de defender os nossos interesses. Na Assembléia Geral, em setembro, vamos mostrar a Aureliano Chaves as precariedades de nosso povo"! Permitir que as comunidades possam participar da exploração das riquezas minerais de suas áreas, segundo Alvaro Sampaio é uma maneira da nação resgatar sua dívida histórica com os povos indígenas. Salientou ainda que a exploração das riquezas que vai permitir o desenvolvimento não apenas da região de São Gabriel da Cachoeira, mais a nível de Município os benefícios poderão ser revestidos



Edgar Fernandes (sentado) e Alvaro Sampaio, presidente da Federação e líder Tucano, respectivamente

em obras públicas dando solução as inúmeras carências da comunidade.

NOTA À IMPRENSA

Em nota distribuída ontem aos meios de comunicação de Manaus, o presidente da Federação, ratifica sua representatividade junto as comunidades do rio Negro e condena a ação de grupos, "pseudo-defensores" dos interesses dos índios, que na realidade estão "a serviço de grupos internacionais e contra a soberania nacional".

"Eu, Edgar Fernandes Rodrigues, brasileiro, de ascendência indígena Pará, 22 anos, solteiro, residente e domiciliado na cidade de São Gabriel da Cachoeira. Estado do Amazonas, eleito 1º Presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, no dia 30 de abril do ano corrente, por ocasião da 11 Assembléia dos povos indígenas do Rio Negro, considerando:

a. que represento, por eleição legal e democrática, cerca de 45 mil índios da região do Alto Rio Negro, na qualidade de Presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro;
b. que as lideranças tradicionais da região do Alto Rio Negro, já se pronunciaram em documento firmado em Brasília-DF, em 6 de julho de 1987, sobre a autodeterminação como aspiração básica, sobre as expectativas em relação aos poderes nacionais constituídos, sobre a falta de legitimidade de pseudo-defensores não constituídos pelos povos indígenas e sobre os instrumentos legais reguladores de seu relacionamento com o mundo envolvente;
c. que recente denúncia apresentada pelo jornal O Estado de São Paulo, na edição de 9 de agosto de 1987 e em edições subsequentes, dá conta da ingerência de entidades não brasileiras em assuntos exclusivamente brasileiros e da intenção de tais entidades em utilizar-se dos povos indígenas como mero instrumento para a consecução de seus objetivos;
d. que entidades ditas nacionais, infiltradas por elementos estrangeiros, teimam em assumir o papel de nossos defensores, que

não nomeamos e não reconhecemos, que, ao contrário, repudiamos como espúrios representantes de seus próprios interesses e de interesses contrário ao Brasil;

Venho a público, em nome dos cerca de 45.000 índios que represento, Declarar:

1. os povos indígenas de região do Alto Rio Negro são, aptos de todos brasileiros o, como tais, defenderão seus interesses dentro do contexto brasileiro e sob a égide da lei brasileiras;
2. os povos indígenas da região do Alto Rio Negro não são "patrimônio da humanidade", nem admitem sua preservação em redoma de cristal, impedidos de evoluir como as autodeterminem, para "seu desfrute pelas grandes civilizações européias";
3. os novos indígenas da região do Alto Rio Negro não são apáticos e nem preguiçosos como querem seus exploradores, são apenas condicionados por culturas próprias e diferenciadas que assumem a que serão alteradas ou adaptadas segundo o princípio básico da autodeterminação;
4. os povos indígenas da região do Alto Rio Negro são membros da grande nação brasileira, a ela integrados, mantidas suas características e seus objetivos específicos como grupo componentes;
5. Os povos indígenas da região do Alto Rio Negro repelem com veemência a tutela, e defesa, e orientação, a representação não concedida, a falsa identidade de propósitos de indivíduos ou organizações, brasileiras ou não, religiosos ou não, que estejam de acordo com os objetivos contrários do Brasil, denunciados nas citadas edições do jornal ao Estado de São Paulo;
6. os povos indígenas de região do Alto Rio Negro repelem com veemência a caracterização dos políticos brasileiros como "pouco perpicazes" e "ávidos por votos" e neles confia, principalmente nos membros da Assembléia Nacional Constituinte, que saberão colocar-se à altura dos interesses regionais, impedindo a consecução de objetivos contrários ao Brasil.

São Gabriel da Cachoeira-AM, 13 de agosto de 1987.